



Handwritten initials and signature in the top right corner.

Processo n.º02/13_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 03.01.2013, contra o ciclista

, portador da licença n.º , tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo resultado positivo do controlo antidopagem realizado em 20.10.2012, com o código "Tourão", e que veio a revelar a presença das substâncias proibidas Efedrina (pertencente à classe S6.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos) e Esteróides Anabólicos Naturais (pertencentes à classe S1.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos) e da substância proibida específica *Oximetolona* (pertencente à classe S1.a da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade (exceto quanto à sanção de multa, como veremos adiante) e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

B. Decisão

Tendo o Arguido praticado uma única infração às normas antidopagem, na forma continuada, a pena aplicável será a da conduta mais grave (v. artigos 30 n.º2 e 79.º, ambos do Código Penal). Nestes termos, em abstrato, ao Arguido é aplicável a seguinte moldura sancionatória:

- Pena de suspensão de dois anos, nos termos do artigo 61º nº 1 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto;
- Invalidação do resultado individual obtido na prova “8ª Maratona Festival Bike”, nos termos do disposto no artigo 76º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto;
- Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 76º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- Multa de €1.500 a €3.000, nos termos do disposto no artigo 15º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, ao Arguido, das seguintes sanções: *“Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da anulação do resultado obtido na prova “8ª Maratona Festival Bike” (artigo 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto) e da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Outubro de 2012 (artigo 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto). A isto acrescerá ainda uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €2.500 (artigo 15º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.”*

Este Conselho discutiu a proposta do Exmo. Senhor Instrutor e foi unânime em concordar com as sanções desportivas (de suspensão e de anulação de



#D
VZ
iA.

resultados) propostas. Discorda, contudo, quanto à sanção pecuniária de multa, que lhe parece excessiva. De facto, apesar do Arguido ter agido com um grau de negligência que se pode considerar muito grave e de ter poucas atenuantes a seu favor, é preciso ter em atenção que o mesmo é amador, dedicando-se ao ciclismo apenas nas horas livres. Desconhece-se quanto este auferia mensalmente pela profissão que exerce – e como tal ter-se-á como referência o ordenado médio nacional – mas é certo que uma sanção de €2.500 excede largamente esse ordenado médio. Ora, o praticante, não sendo profissional, não pode ser fortemente penalizado na sua vida pessoal por um erro cometido num desporto que faz por puro divertimento. Igualmente, deve ter-se em consideração que a sua conduta, apesar de ilícita e reprovável, não causou um dano muito assinalável à imagem do ciclismo. Pelo que, não se justifica a atribuição à multa de um efeito reparador.

Tudo dito, subscrevendo-se todos os fundamentos de facto e de direito constantes do relatório proferido pelo Exmo. Senhor Instrutor do processo, decide-se, com o voto favorável de todos os membros deste Conselho, aplicar ao ciclista

as seguintes sanções cumulativas:

- Pena de suspensão de dois anos (nos termos do artigo 61º nº 1 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- Invalidação do resultado individual obtido na prova "8ª Maratona Festival Bike" (nos termos do disposto no artigo 76º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após o dia 20.10.2012 (nos termos do disposto no artigo 76º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto); e,
- Multa de €1.750 (nos termos do disposto no artigo 15º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Nestes termos, estando o ciclista suspenso preventivamente desde o dia 03.01.2013, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 02.01.2015 (conforme decorre da



conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

Mais se adverte que a multa deverá ser paga no prazo de 30 dias após a notificação desta decisão.

Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 18 de Março de 2013

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADop), instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista _____ com a **licença nacional n.º _____**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia 20.10.2012, na prova '8.ª Maratona Festival Bike', com o código "Tourão", e que acusou a presença das seguintes substâncias proibidas: *Efedrina, Oximetolona e Esteróides Anabólicos Naturais*.

No âmbito do processo disciplinar (adiante PD) foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida prova documental (v. fls. 2 a 10 do PD);
2. Foi enviado ao Arguido o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 11 a 14 do PD);
3. Foi enviada ao Arguido a nota de culpa e a convocatória para a sua inquirição (v. fls. 17 a 21 do PD).

O Arguido não constituiu mandatário. E, apesar de regularmente notificado (v. fls. 13 a 14 e 20 a 21 do PD), não apresentou resposta escrita à nota de culpa, não compareceu na data agendada para a inquirição (nem apresentou qualquer justificação para a falta de comparência) e não efetuou qualquer requerimento probatório.

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer, pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e poderá facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, de modo a concluir se o Arguido praticou, ou não, o ato de dopagem de que vem acusado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem (p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A acusação fundou-se nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (v. fls. 9 e 10 do PD), nos quais consta que na análise da amostra recolhida ao Arguido foi detetada a presença das seguintes substâncias proibidas:

- i. *Efedrina*, numa concentração de 46,7µg/mL, sendo o limite legal admissível de 10µg/mL (substância proibida pertencente à classe S6.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos);
- ii. *Oximetolona* (substância proibida específica pertencente à classe S1.a da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos);
- iii. *Esteroides anabólicos naturais* (pertencentes à classe S1.b da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

O Arguido prescindiu da análise da amostra B (vulgo, contra-análise), conformando-se, portanto, com o resultado da amostra A (v. fls. 6 do PD).

Por outro lado, pela análise do Formulário do Controlo Antidopagem verifica-se que o Arguido, aquando da recolha da amostra, apenas declarou a toma de "*xarope p/ tosse + comp. constipação*" (v. fls. 8 do PD). Consabidamente, estas tomas não justificam a presença de nenhuma das substâncias detetadas na amostra.

Para além disto, o Arguido não apresentou outra defesa, nem requereu qualquer prova, nada alegando que pudesse pôr em causa o resultado adverso da análise.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. No dia 20 de Outubro de 2012, durante a realização da prova "*8ª Maratona Festival Bike*", o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem, tendo-lhe sido recolhida a amostra nº 451367, com o nome de código "*Tourão*".

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 8 do PD, que é o Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

2. A análise realizada à amostra n.º A451367 revelou a presença das seguintes substâncias proibidas: *Efedrina*, *Oximetolona* e *Esteróides Anabólicos Naturais*.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 9 e 10 do PD, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

3. Notificado do resultado adverso, o Arguido comunicou, por *e-mail*, que prescindia da análise da amostra B451367, aceitando assim os resultados da amostra A451367.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 6 do PD.

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, podermos afirmar, com segurança, que o Arguido praticou o ato de dopagem de que vem acusado.

iii) DO DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos termos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, a presença numa amostra recolhida a um praticante desportivo de uma substância proibida constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, conforme decorre do artigo 6.º n.º1 da citada Lei, o praticante desportivo é responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença.

No caso concreto, a amostra recolhida ao Arguido acusou não apenas uma substância proibida, mas antes, três substâncias proibidas.

Ora, conforme entendimento já veiculado em processos anteriores, consideramos que não obstante estar em causa a presença de três substâncias proibidas na amostra recolhida ao Arguido, estamos, ainda assim, apenas perante uma única infração, na forma continuada (conforme decorre do disposto no artigo 30.º n.º2 do Código Penal, aqui aplicável por analogia, dada a inexistência de previsão semelhante na legislação desportiva).

E, como tal, decorre do artigo 79.º do Código Penal que, nesta situação, estando em causa uma infração continuada, a mesma é punível com "(...) a pena aplicável à conduta mais grave que integra a continuação.", sendo que, neste caso, as condutas mais graves que integram a continuação são a presença no organismo do atleta das substâncias proibidas *Efedrina* e *Esteróides Anabólicos Naturais*, infrações puníveis com pena de suspensão de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º 1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Dito isto, a infração praticada pelo Arguido é punível com as seguintes sanções cumulativas:

- Pena de suspensão de dois anos, nos termos do disposto no artigo 61.º n.º 1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- Invalidação do resultado individual obtido na prova "8ª Maratona Festival Bike", nos termos do disposto no artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- Multa de €1.500 a €3.000, nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

III. MOTIVAÇÃO E DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Em nossa opinião, os factos recolhidos não nos permitem afiançar a existência de dolo, pelo que, a conduta do Arguido ser-lhe-á imputada, pelo menos, a título de negligência consciente (nos termos do disposto no artigo 15.º alínea a) do Código Penal). Com efeito, os ciclistas, mesmo sendo amadores, se participam em provas oficiais, submetendo-se, consequentemente, ao controlo antidopagem, não podem deixar de verificar se as substâncias que administram no seu organismo fazem, ou não, parte integrante da listagem de substâncias proibidas. Só desta forma, agindo com os deveres de cuidado a que estão obrigados, cumprem o dever a que estão adstritos nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A negligência é punível, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º3 e, em concreto, do artigo 61.º n.º2, ambos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Sucedem, porém, que toda esta avaliação e apreciação apenas tem cabimento como forma de fixar a pena, com a maior objetividade possível, entre o limite mínimo e o limite máximo previstos na norma sancionatória.

Ora, no caso concreto, no que à Lei Antidopagem diz respeito (Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) essa margem de apreciação não existe, porquanto a mesma, à revelia de alguns princípios fundamentais, fixa a moldura aplicável em dois anos de suspensão (portanto, sem qualquer margem de discricionariedade, para que o decisor, entre o limite máximo e o mínimo, ajuste a pena às circunstâncias do caso concreto), acrescida das sanções acessórias de invalidação do resultado individual obtido na prova e da anulação dos resultados obtidos nas competições em que o atleta participou após a recolha da amostra.

Ora, com esta formulação, salvo em raras exceções, o decisor é relegado à categoria de mero núncio, que fixa ao Arguido, no final do processo, a pena de suspensão que no início do mesmo já lhe está anunciada.

Mostram-se, portanto, no que à Lei Antidopagem diz respeito, despiciendo quaisquer cometários ou avanços para justificar a fixação da pena concreta, dado que, como se viu, a mesma resultará igual, independentemente do que se diga e prove a este respeito.

Sobeja, unicamente, a pena de multa, prevista no Regulamento Antidopagem da UVP/FPC, que, podendo ser fixada entre os €1.500 e os €3.000, importará definir em concreto e, como tal, precedentemente, definir os critérios que sustentaram tal fixação.

Como se viu, a conduta do Arguido é punível, pelo menos, a título de negligência consciente. Por outro lado, cumpre sublinhar que o Arguido acusou a presença de três substâncias proibidas, caso pouco vulgar nesta sede, e que demonstra um comportamento altamente temerário e muito pouco diligente. Ademais, entre as substâncias tomadas, contam-se os *Esteróides Anabólicos Naturais*, que consabidamente são conhecidos por potenciar o desempenho desportivo, nomeadamente, através do ganho que permitem em termos de capacidade muscular. Desta forma, seguramente o Arguido conseguiu uma vantagem competitiva perante os restantes atletas, acabando assim por falsear a verdade desportiva, facto que não pode deixar de ser veementemente repudiado nesta sede.

Desta forma, estamos em crer que a negligência que, perante a prova realizada, é imputável ao atleta, deve ser considerada muito grave.

A favor do Arguido deverá ser tido em linha de conta que prescindiu da análise à amostra B, contribuindo assim para a celeridade processual.

Será ainda de ponderar na medida da pena a circunstância deste ser primário e de não se tratar de um ciclista profissional.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescida da anulação do resultado obtido na prova "8ª Maratona Festival Bike" (artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e da anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 20 de Outubro de 2012 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto). A isto acrescerá ainda uma sanção pecuniária, que atentas as circunstâncias do caso concreto se fixa em €2.500 (artigo 15º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos.

Lisboa, 12 de Março de 2013

O Instrutor,



(Tito Grespo)